

SOCIOLOGIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: DILEMAS, PROBLEMAS E DESAFIOS

Jonas Henrique Oliveira¹

RESUMO: A relação entre educação, mercado de trabalho e juventude se destaca nas últimas décadas como preocupação constante dos cientistas sociais. Isso ocorre porque essas transformações impactam diretamente os jovens que são os que mais sentem os efeitos de um mercado de trabalho decrescente e de uma educação de má qualidade. A sociologia que recentemente retornou aos currículos oficiais no ensino médio pode ser uma aliada importante para que a sociedade brasileira reflita sobre os rumos da educação no país. Os jovens podem se beneficiar com a sociologia compreendendo melhor a situação que enfrentam, já que esta busca analisar situações específicas do universo dos jovens em relação ao mercado de trabalho e ao processo de transição para a vida adulta.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Sociologia. Ensino Médio. Mercado de trabalho.

ABSTRACT: The relationship between education, labor market and youth stands out in recent decades as a constant concern of social scientists. This is because these changes directly impact young people are the ones who feel the effects of a declining labor market and a poor education. Sociology who recently returned to the official curriculum in high school can be an important ally for the Brazilian society to reflect on the future of education in the country. Young people can benefit from sociology better understanding the situation they face, since it seeks to analyze specific situations of the youth of the universe in relation to the labor market and the transition to adulthood.

KEY-WORDS: Youth. Sociology. Secondary Education. Labor market.

1 Introdução²

A relação entre educação e sociologia vive uma situação particular. Isso ocorre porque há menos de dez anos ocorreu a inclusão obrigatória da sociologia como componente curricular do Ensino Médio em todo território nacional e, portanto, foi possível que a sociologia saísse de um processo de invisibilidade que lhe fora imputado desde a fase ditatorial do governo Getúlio Vargas e ganhasse espaço entre as disciplinas que compõem os quadros oficiais no Ensino Médio de escolas públicas e privadas.

¹ Doutor em Ciências Humanas (Antropologia), Mestre em Sociologia e Antropologia e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor Adjunto I da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pesquisador do Grupo de Estudos em Cidadania, Educação e Violência (GECEV-UESPI) e do Grupo de Estudos sobre Justiça, Simbolismo e Sociedade.

² Pesquisa realizada em 2014 com aproximadamente 80 alunos que frequentavam o 2º ano do Ensino Médio nos turnos da manhã, tarde e noite em uma escola pública na cidade de Parnaíba – Piauí. A análise das entrevistas foi realizada somente nos questionários em que todas as questões estavam respondidas.

Entretanto, esse retorno não ocorreu de maneira ampla e irrestrita. Em geral, a sociologia ainda experimenta uma invisibilidade, já que sua obrigatoriedade não vem sendo cumprida por muitas escolas no Brasil. Tampouco, os governos municipais, estaduais e federal ampliam as vagas para professores de sociologia, o que causa um déficit em relação aos profissionais e em relação aos conteúdos da sociologia. Nesse sentido, os sociólogos assistiram “bestializados³” o retorno da sociologia ao ensino médio, mas ainda não colheram seus frutos.

Os professores que ministram essa disciplina são formados em outras áreas do conhecimento, o que contribui para que formalmente a disciplina que consta no currículo escolar seja sociologia, mas que seus conteúdos sejam atravessados por objetos que pertencem a área de formação do professor que porventura a esteja ministrando. Muitas vezes, conteúdos de geografia, história ou pedagogia atravessam a sociologia, retirando desta o seu olhar enquanto disciplina que se preocupa em entender diferentes aspectos da sociedade⁴.

Esse artigo tem a intenção de analisar os dilemas enfrentados pelos sujeitos da pesquisa – em sua maioria jovens – sobre a mercado de trabalho, assim como a percepção destes sobre a sociologia frente as outras áreas do conhecimento com as quais tiveram contato no ensino médio. Deste modo, nossa intenção é relacionar o ensino de sociologia como uma ferramenta que possibilita, dentre outras coisas, pensar os problemas que os jovens atravessam na difícil transição para a “vida adulta”.

A juventude é uma “fase da vida” que provoca muitas mudanças e novas responsabilidades. Ser jovem suscita questões que vão desde as transformações físicas até o aumento das responsabilidades que devem assumir na vida adulta. O fato é que ser jovem não é fácil justamente por ser uma “fase de transição”. Se por um lado espera-se dos jovens a assunção de responsabilidades, por outro há uma crença que estes são as causas de muitos problemas sociais, como violência, gravidez precoce, hedonismo exacerbado, dentre outros.

Assim, em uma mesma categoria encontramos esperança e desesperança nos quais os jovens são tanto a causa quanto a solução dos problemas que lhes são

³Ver José Murilo de Carvalho, 1987

⁴ Não estou defendendo aqui que a sociologia não possa dialogar com outras áreas do conhecimento. Minha crítica segue na direção de que existe um objeto da sociologia que, muitas vezes, não é apresentado aos alunos no Ensino Médio porque os professores que ministram a disciplina não possuem formação em sociologia.

imputados pela sociedade mais ampla. Estariam os jovens “prontos” para enfrentar essa “dupla” visão que as sociedades lhes imputam? Ou a juventude seria uma “fase da vida” que acabaria assim que o jovem entrasse no “universo dos adultos”?

Abordar a importância da educação no universo dos jovens torna-se ainda mais desafiador, já que a educação se impõe aos jovens como uma necessidade, ao mesmo tempo em que não oferece modelos prontos de como atingir uma melhoria no padrão de vida. Se no passado se esperava que o jovem estudasse para conseguir melhor posição no mercado de trabalho, essa posição não está mais garantida através exclusivamente da educação e, não raro, mais estudo não se transforma em acesso as melhores colocações no mercado de trabalho.

De certo modo, há uma relação entre as incertezas do mercado de trabalho e as incertezas da condição juvenil, que marca a passagem da juventude para a fase adulta. Essas incertezas ocorrem em momentos em que identidades são construídas e reforçadas e onde aumenta a cobrança para que os jovens se encaixem em modelos pré-definidos dos quais não foram consultados.

O ensino médio passa por uma crise de qualidade e expansão de matrículas. Ao que tudo indica, os jovens não passam por incertezas apenas no campo de suas identidades juvenis ou associadas ao mercado de trabalho. Essa incerteza encontra-se presente na possibilidade de trabalho através do campo educacional. Poderíamos concluir que os jovens atravessam uma crise de paradigmas, tal como definido por Kuhn (2003).

O ensino médio, por sua vez, marca a transição de uma vida com menos responsabilidade para uma etapa onde a responsabilidade é regra. Nesse sentido, torna-se uma etapa a ser vencida, pois marca a transição para o mundo do trabalho ou para a universidade. A expansão das matrículas no ensino médio ocorreu em maior profundidade após a década de oitenta, mas ainda hoje mais de 50% da população de jovens entre 15 e 17 anos não estão matriculados no ensino médio. A sociedade brasileira, desse modo, possui um problema a ser enfrentado já que um grande contingente da população não se qualifica e contribui negativamente para o desenvolvimento da sociedade.

Deste modo, é possível afirmar que juventude, sociologia e educação apresentam elementos “bons para pensar” a realidade social. De fato, a importância da sociologia, como uma disciplina que busca compreender o homem enquanto ser social, se manifesta

em um conjunto de reflexões que perpassam o universo dos jovens, fornecendo análises que proporcionam uma reflexão mais profunda sobre os dilemas enfrentados pela educação nas últimas décadas.

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre sociologia, educação e mercado de trabalho a partir de uma pesquisa realizada em 2014 em uma escola pública estadual na cidade de Parnaíba-Piauí. Para tanto, utilizamos um referencial teórico amplo e diversificado a partir do qual foi possível abordar a relação entre educação e mercado de trabalho, assim como a importância da sociologia como disciplina que busca compreender as ações humanas. Destarte, a análise do retorno da sociologia aos currículos oficiais torna-se uma discussão importante neste trabalho que busca problematizar a invisibilidade da sociologia frente a outras áreas do conhecimento.

Os dados coletados nessa pesquisa nos permitem deduzir que a situação vivenciada pela sociologia na escola pesquisada não configura como um caso isolado. A comparação com outros trabalhos revela que a sociologia além de permanecer marginalizada, é considerada uma disciplina sem importância, já que seu conteúdo não permite uma aplicabilidade imediata. Todavia, a contribuição da sociologia só poderá ser efetiva se esta sair da “invisibilidade” a qual foi lançada e ressurgir entre as grandes ciências que buscam compreender esse objeto tão complexo: *o ser humano*.

2 Educação, juventudes e mercado de trabalho

A inserção no mercado de trabalho é um dos temas que mais preocupa os jovens da atual geração. O mercado encolhido, os salários perdendo o poder de compra e o investimento nos estudos não oferecendo garantias de que se vai encontrar um emprego estável deixam os jovens apreensivos. Aliado a isso, a própria condição juvenil pressupõe um conjunto de incertezas que contribui para ampliar a apreensão em relação ao futuro. Bauman (2001) em relação ao trabalho revela:

Pode-se sempre responder que não há nada particularmente novo nessa situação: a vida de trabalho sempre foi cheia de incertezas, desde tempos imemoriais. A incerteza de hoje, porém, é de um tipo inteiramente novo. Os temíveis desastres que podem devastar nossa sobrevivência e suas perspectivas não são do tipo que possa ser repellido ou contra que se possa lutar unindo forças, permanecendo unidos e com medidas debatidas, acordadas e postas em prática em conjunto (BAUMAN, 2001, p.170).

Avançando em sua reflexão, Bauman (2001, p.170) conclui que: “os medos, ansiedades e angústias contemporâneos são feitos para serem sofrido em solidão”. Os

jovens são os que mais sofrem com o crescimento do desemprego e da queda da renda familiar, mas nesse caso não estão sós. Por outro lado, estes não possuem experiência profissional e, tampouco, habilidades necessárias para se inserirem no mercado de trabalho e, por isso, investem no ensino médio e superior com a esperança de se livrarem do desemprego.

Através da ideologia neoliberal, muitos governos disseminam a ideia que o mercado é responsável por resolver a crise que se instaurou na educação, no mercado de trabalho e em outros setores da sociedade. Como se somente “as regras do mercado” pudessem ser a solução para a crise do mercado. Contudo, o mesmo mercado raramente é o culpado quando suas soluções não apresentam a eficácia planejada por seus idealizadores.

Assim, se o preço da gasolina aumentou, se não há profissionais qualificados ou se ocorre aumento do desemprego a culpa é do mercado. Deste modo, o mercado se torna, para o bem ou para o mal, benfeitor ou malfeitor de uma sociedade que anseia por respostas rápidas e, muitas vezes, ineficazes. As mesmas pessoas que recorrem ao mercado para explicar algum tipo de mudança se esquecem de que o mercado expressa relações sociais entre seres humanos que tornam invisíveis suas decisões e responsabilizam o mercado. Assim, poderíamos afirmar que existe um “fetichismo do mercado” que se impõe sobre as ações humanas e constrói uma ilusória estrutura que cega aqueles que teimam em não ver suas engrenagens. Frigotto e Ciavatta (2003) informam que:

A direção da análise que empreendemos neste artigo corrobora inúmeras outras análises, de caráter mais abrangente, algumas aqui referidas, de que a subordinação consentida aos organismos internacionais, tutores dos interesses do grande capital, a participação ativa nesses organismos e a adoção das políticas neoliberais veiculadas por eles aumentaram no Brasil a desigualdade. A cidadania, como conquista na direção política da solução dos problemas nacionais, é mais uma palavra que encobre o fenômeno da exclusão dos “cidadãos” brasileiros de diversas instâncias da social, a exemplo da educação. A fragmentação do conhecimento, a informação/desinformação da cultura visual aumentaram a versatilidade da propaganda oficial sobre os supostos benefícios do neoliberalismo. A formação dos jovens para a apropriação criativa da ciência e da tecnologia debate-se entre uma reforma imposta ao ensino médio e técnico com forte acento nos cursos breves, modularizados para a crença na “empregabilidade” (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003, p.26).

Por outro lado, a inserção no “mercado de trabalho” é um dos maiores desafios maiores desafios que os jovens vão enfrentar e a qualificação profissional é uma maneira de ter sucesso na vida. Assim, para estes, estudar mais torna-se uma condição

sinequa non para acessar boas oportunidades⁵. Talvez, por isso mesmo, a expansão do ensino médio e superior tenham se tornado um dos pontos mais relevantes que inspiram os jovens das camadas populares a estudar mais, mesmo sem a garantia que mais estudo se transforme em um futuro melhor. Pochmann (2004) afirma:

Em pleno limiar do século XXI, a participação relativa do segmento etário de 15 a 24 anos no total da população economicamente ativa é de 25%, embora o jovem responda por 50% do desemprego nacional. Ao passo que a taxa de desemprego aberto dos jovens gira em torno de 18%, a taxa média nacional esteve em 9,4% do total da força de trabalho, segundo o IBGE (PNAD) no ano de 2001 (POCHMANN, 2004, p. 385).

O autor afirma ainda que a deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho não foi contida pela melhoria educacional, mas contribuiu para o desperdício e desgaste de habilidades educacionais com atividades precárias e de baixa qualidade. Assim, de nada adianta a expansão do ensino fundamental, médio e superior se não houver um conjunto de políticas públicas que contribuam para o avanço das oportunidades, através do mercado de trabalho, que absorva a população jovem, que é a que mais sofre com a deterioração das condições de acesso ao mercado de trabalho.

Na pesquisa, os jovens revelam que o mercado está competitivo, mas apesar disso são otimistas em relação ao futuro. O ensino superior torna-se uma alternativa de avanço educacional e melhores oportunidades no futuro. Coutinho (2007) revela que:

Se a educação sempre foi destinada, prioritariamente, para a elite, agora, mais do que nunca, os mais ricos tenderiam a ficar cada vez mais ricos e os pobres a reproduzirem a própria pobreza, já que o acesso à educação de qualidade não se dá em igualdade de oportunidades no mercado. No entanto, em tempos de trabalho como bem escasso, o incremento do número de postos de trabalho tem se verificado exatamente em funções com menor remuneração e mais precarizadas, que demandam trabalho não qualificado (v.g. trabalho doméstico), assim como a obtenção de título universitário não mais significa a garantia de postos de trabalho melhor remunerados (COUTINHO, 2007, p.374).

Se, como procuramos demonstrar anteriormente, mais educação não garante acesso aos postos de trabalho melhor remunerados, deve se levar em consideração que a falta de qualificação impede os jovens de sonhar com um futuro melhor e retira-lhes as chances de maior inclusão social, sobretudo entre jovens pobres. Aliado a isso, novas competências são exigidas ao trabalhador na atualidade. Pastore (2013-14), chama atenção para as competências que o profissional deve possuir:

⁵ É interessante notar que entre os jovens que participaram da pesquisa havia um otimismo em relação a possibilidade de que mais educação resultaria em melhores oportunidades no mercado de trabalho.

No recrutamento de um profissional, as empresas não examinam apenas o seu currículo. Elas buscam os candidatos que revelem um bom potencial para apreender novos conhecimentos, que gostem de estudar continuamente, que tenham obsessão pela leitura, enfim, que foram inoculados com o vírus da curiosidade. Elas sabem que para trabalhar bem, é preciso pensar bem (PASTORE, 2013-14, p.73).

Para o autor, as competências exigidas pelo mercado de trabalho estão atreladas a educação, mas não aquela que prepara o aluno apenas para “passar nas provas”, mas uma educação que seja continuada e que prime pela qualidade. Que desperte a busca incessante pelo conhecimento, sem desvios ou interrupções. São essas as novas exigências do mercado de trabalho que são de fundamental importância para que o Brasil possa competir em condição de igualdade com países que investem pesadamente na educação de seus cidadãos. Guimarães e Almeida (2013) consideram que:

A situação dos jovens no país é agravada pela baixa escolaridade média e pela precária qualidade da educação, deficiências que se tornam mais sérias em face as exigências do paradigma produtivista pós-fordista. Outra especificidade brasileira é a idade precoce de entrada dos jovens no mercado de trabalho, estabelecendo um perverso ciclo vicioso. Os jovens, sobretudo de famílias mais pobres, ingressam muito cedo no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade de obter renda e frustrados com a má qualidade da educação oferecida (GUIMARÃES, ALMEIDA, 2013, p. 09).

Os autores apresentam outro lado do problema na relação entre educação e mercado de trabalho que é, no caso brasileiro, a baixa escolaridade e a má qualidade da educação oferecida. Assim, são os jovens mais pobres, aqueles que mais necessitam de boas escolas para acessarem o mercado de trabalho que mais se prejudicam com má qualidade da educação. Enfim, a relação entre educação e mercado de trabalho oferece muitas interpretações, sobretudo quando os jovens são os sujeitos destas abordagens. Porém, outras pesquisas são necessárias para compreendermos as consequências sobre os jovens que estão excluídos do mercado de trabalho e de uma educação de qualidade.

A seguir analisarei o retorno da sociologia no ensino médio, levando em consideração como a “lógica do mercado” se impõe sobre uma disciplina considerada sem importância, mas que, ao mesmo tempo, pode contribuir para despertar o “vírus da curiosidade” e transformar o profissional do presente no profissional do futuro, de acordo com as exigências estabelecidas pelo próprio mercado.

3 A sociologia no ensino médio: uma simples formalidade?

Os professores de sociologia festejaram, em 2006 e após décadas de luta, o retorno da sociologia - como disciplina obrigatória - aos currículos oficiais nas escolas públicas e privadas do país. Naquele momento essa medida significava um avanço, já que desde 1942 a sociologia foi retirada do currículo secundário com a Reforma Capanema, durante o Estado Novo - fase ditatorial de Getúlio Vargas (LENNERT, 2011).

O retorno significava que mais jovens estudantes teriam contato com uma área do conhecimento que prima por abordagens críticas e que leva os indivíduos a uma melhor compreensão do cotidiano das sociedades em geral. A sociologia vislumbrava, por outro lado, a oportunidade de contribuir para o processo de emancipação dos jovens, sobretudo das camadas populares que adentraram em maior número no ensino médio a partir da década de oitenta. A sociologia aliada às outras ciências poderia contribuir para a cidadania almejada por vários setores da sociedade que ainda viam na educação melhores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

Passados esses anos, é possível afirmar que pouca coisa mudou. Considerada uma disciplina sem importância entre os alunos e coordenadores das escolas, a sociologia possui sua identidade atrelada a filosofia, disciplina que goza de maior prestígio, por ser mais conhecida da sociedade em geral. Muitos professores desconhecem o potencial da sociologia frente outras áreas das ciências humanas e revelam que a sociologia não tem tanta importância comparada a outros conteúdos. No contexto da educação secundária atual, a sociologia é muitas vezes definida por aquilo que ela não é, ou seja, ela não é importante porque não cai especificamente no vestibular/ENEM, ela não é importante quando comparada a história ou a geografia e, por isso, muitos acreditam que ela não serve para nada.

Deste modo, os entrevistados revelam o quanto essa “lógica” de consentimento ou subordinação aos ditames do mercado encontra-se impregnada em muitas áreas do conhecimento e na educação ela revela a faceta de estabelecer uma hierarquia entre as disciplinas que somente são consideradas importantes aquelas que possibilitam uma inserção mais rápida as demandas do mercado.

O retorno da sociologia tornou-se uma simples formalidade que impediu e continua impedindo que os jovens no ensino médio tenham contato com uma rica área do conhecimento pelo simples fato de a estrutura educacional brasileira inclui-la

subalternamente na grade curricular das escolas públicas e privadas. O retorno da sociologia aos currículos oficiais pode ser melhor compreendido a partir do que Marcelo Neves (1998) chamou de legislação *álibi*. O autor aborda a legislação *álibi* como um tipo de legislação simbólica:

O objetivo da legislação simbólica pode ser também fortalecer a confiança dos cidadãos no respectivo governo ou, de um modo geral, no Estado. Nesse caso, não se trata de confirmar valores de determinados grupos, mas sim de produzir confiança nos sistemas político e jurídico. O legislador, muitas vezes sob pressão direta do público, elabora diplomas normativos para satisfazer as expectativas dos cidadãos, sem que com isso haja o mínimo de condições de efetivação das respectivas normas. A essa atitude referiu-se Kindermann como a expressão “legislação *álibi*” (NEVES, 1998, p. 36).

Nessa linha de reflexão, o retorno da sociologia não tinha a intenção de fazer com que os alunos do ensino médio pudessem de fato se beneficiar com as possibilidades abertas por uma área do conhecimento humano que busca formar cidadãos críticos, mas simplesmente dar resposta aos anseios de uma categoria e restabelecer a confiança dos cidadãos no governo, já que a demanda foi atendida. Esse atendimento pode ser compreendido como um “*álibi*” para satisfazer expectativas e não para que necessariamente ocorra transformações estruturais na sociedade mais ampla.

Essa situação não é nova. Segundo Costa Pinto (1949, p.297 apud LENNERT, 2011, p. 387) “a sociologia era menosprezada como instrução e quase temida como instrumento de educação”. Esse menosprezo pode ser facilmente percebido no retorno da sociologia ao ensino médio que esbarrou na falta de profissionais formados na área, assim como críticas sobre a importância de uma disciplina que não é exigida em sua totalidade nos exames que qualificam os estudantes para o ensino superior.

No Brasil, em geral, há poucos professores formados em sociologia. Também é comum nas escolas que professores de outras áreas (história, geografia, pedagogia) lecionem sociologia para complementar a carga horária e, conseqüentemente, o salário. Isso contribui negativamente no sentido de oferecer aos jovens uma educação de qualidade. Destarte, terá uma lei o poder de transformar a realidade, fazendo com que os jovens estudantes brasileiros possam se beneficiar das potencialidades oferecidas pela sociologia no sentido de uma melhor compreensão da realidade social? Quais são os avanços e retrocessos pertinentes ao ensino de sociologia no Brasil? Como é a realidade do professor frente a essa nova demanda que tornou a sociologia obrigatória?

Honorato (2011) traça a recente luta travada por vários setores sociais sobre o retorno da sociologia e da filosofia ao ensino médio. A autora informa que no governo

Fernando Henrique Cardoso o retorno da sociologia e da filosofia foi vetado pelo então presidente sob a justificativa de que não havia profissionais suficientes para atender a demanda caso a lei fosse aprovada, além do ônus na contratação de professores. O veto do então presidente foi apoiado por muitos intelectuais. Dentre eles, José Carlos de Azevedo em seu artigo *Sabença Inútil*, apontou gastos na contratação de professores que em suas palavras só serviam para confundir os alunos.

A reação destacada acima ajuda a compreender a maneira como a sociologia é pensada no Brasil. A busca por compreender aspectos da realidade social sem necessariamente sua produção ser “moeda” para entrar no mercado de trabalho faz da sociologia uma ciência temida pelos governantes e pouco eficaz na visão destes, já que o mercado de trabalho produz números que contribuem para avaliar positiva ou negativamente os governos e, deste modo, as áreas que incrementam o mercado tendem a ser mais valorizadas. Deste modo, a sociologia possui pouco reconhecimento frente às outras áreas do conhecimento que conseguiram consolidar suas oportunidades de emprego através do mercado.

Em um mundo onde o mercado de trabalho rege muitas relações sociais é imperativo pensar até que ponto o retorno da sociologia aos currículos tornou-se um alibi para atender a demanda de um grupo restrito da população, mas sem o planejamento necessário para efetivá-la. Os mesmos professores que assistiram bestializados o retorno aos currículos oficiais, rapidamente se deram conta que em uma sociedade onde o diploma é uma necessidade formal para atender as demandas do mercado, somente os cursos que se inserem nessa lógica conseguem fazer com que a formalidade se transforme em realidade.

4 Os professores de sociologiae seus desafios

Na pesquisa procuramos observar o cotidiano dos alunos *in loco*, já que costumeiramente frequentávamos a escola para que pudéssemos compreender melhor os fenômenos que só se apresentam ao pesquisador após um período de imersão no campo. De um modo geral, fomos bem recebidos pela direção da escola e tivemos acesso aos alunos e professores sem nenhum obstáculo. As entrevistas com os professores foram gravadas e isso tornou possível compreender as dificuldades em lecionar sociologia em um centro de educação profissionalizante.

A escola conta com um número reduzido de professores de sociologia - apenas três - para trabalhar um vasto conteúdo, além de lecionarem filosofia, o que contribui para que os alunos confundam os conteúdos das duas disciplinas. Os alunos responderam um questionário com quinze perguntas semiestruturadas sobre temas relacionados ao ensino de sociologia e ao cotidiano dos jovens.

Os professores possuem apenas um tempo por semana (50 minutos) para desenvolver o conteúdo de sociologia. Há um déficit enorme de profissionais formados em sociologia no Piauí em particular e no Brasil em geral, o que leva as escolas a destinar a pedagogos, historiadores e geógrafos a tarefa de lecionar essa disciplina⁶.

Em relação ao tempo que dispõem para ministrar a disciplina, em geral, os entrevistados afirmaram que levam aproximadamente vinte minutos para controlar a turma antes de conseguirem iniciar o conteúdo. Quando sentem a necessidade de passar um filme ou documentário raramente conseguem finalizá-lo em apenas um dia de aula. Tudo isso, na visão dos professores, contribui para o desencantamento dos alunos em relação à sociologia. Assim, se virando nos cinquenta os professores de sociologia enfrentam a dura realidade de lecionar uma disciplina que provoca a reflexão e criticidade.

A pesquisa demonstrou que muitos alunos não compreendem a importância da sociologia porque não percebem a utilidade da mesma tanto nos exames para o ingresso nas universidades quanto na relação com as demais disciplinas que estudam⁷. Nesse sentido, se a sociologia busca compreender a sociedade em seus múltiplos aspectos e, deste modo, responder as questões do nosso tempo faz-se necessário explicar o desinteresse dos discentes pela referida disciplina.

Podemos concluir que a retorno da sociologia é fruto de uma demanda por educação de qualidade da sociedade civil. Entretanto, ela não faz (e não fez) parte de um projeto de planejamento do Estado Brasileiro na busca por uma educação de qualidade para todos. Deste modo, os alunos que mais precisam das reflexões da sociologia para a compreensão das transformações inerentes a condição juvenil, são os que menos se beneficiam de sua contribuição para responder as questões de seu tempo.

⁶ Em algumas escolas os professores de Português, de Artes e até de Biologia são incentivados a lecionar Sociologia para aumentar a carga horária em sala de aula.

⁷ Essa informação não surpreende já que a escola selecionada oferece o ensino técnico e profissionalizante.

Os professores, por sua vez, não possuíam a formação em sociologia. Dentre os três entrevistados, dois estavam finalizando a formação em sociologia através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. De certo modo, isso demonstra o interesse dos professores na busca de uma formação continuada. Contudo, revela as fragilidades da educação no Brasil quando se trata de pensar na qualidade dos serviços prestados, assim como o esforço dos profissionais que trabalham em educação.

5 Percepção de professores e alunos sobre o ensino de sociologia

A maioria dos entrevistados afirmou que as aulas de sociologia são chatas; que os professores não têm didática e que os assuntos são profundos e, por isso, pouco interessantes. Assim, a sociologia é considerada uma disciplina muito teórica na qual “os professores falam muito” e eles “não entendem nada”.

O fato é que a sociologia é uma ciência que ainda não encontrou uma identidade própria. O trabalho de Silva (2002) ajuda a compreender essa questão já que a autora enfatiza que no Brasil a sociologia não teve em momento algum interesse pela educação ou pelo sistema escolar. A educação, segundo a autora, era analisada a partir do viés da socialização, ignorando a educação escolar. Deste modo, além dos muitos anos que a sociologia esteve fora do ensino médio soma-se o pouco interesse dos profissionais de sociologia pela educação como tema de pesquisa ou pela escola como local de trabalho.

Os profissionais de sociologia são, grosso modo, estimulados a atuar como pesquisadores ou no ensino superior. Lecionar no ensino secundário muitas vezes é interpretado como sinal de fracasso profissional. Sarandy (2001) reflete sobre a importância os desafios da sociologia no ensino médio:

Entretanto, antes de se estabelecer os objetivos para a disciplina, deveremos dimensionar a importância da sociologia enquanto disciplina do nível médio de ensino, o que significa perguntar sobre seu sentido, buscar compreender o que ela tem de específico que não encontramos nas disciplinas de história, geografia ou filosofia; enfim, perguntar qual sua especificidade em relação às demais disciplinas de humanidades. Essa pergunta não é de fácil resposta e todo pesquisador da área de ciências humanas sabe que as fronteiras entre as suas diversas áreas são bastante tênues. E acrescenta-se a isso o fato de que transformar os saberes científicos em saberes escolares implica em um grau de diferenciação e criação de identidades entre as diversas disciplinas. A história e a geografia, provavelmente devido à longa tradição no meio escolar, estão bem estabelecidas, possuem um discurso construído sobre a realidade já aceito e amplamente disponível para todos os professores. A sociologia conta com este agravante, qual seja, construir um saber organizado

de modo a ser viável sua introdução no nível médio de ensino. É importante ressaltar que as ciências possuem fronteiras dadas, antes de tudo, por divisões políticas internas e, em se tratando de ensino médio, é preciso criar essas diferenças e afirmar uma identidade para a sociologia se desejamos sua reintrodução neste segmento de ensino (SARANDY, 2001).

Em nossa pesquisa verificamos que frequentemente os alunos confundem o conteúdo de sociologia e filosofia. As fronteiras entre filosofia e sociologia ou entre sociologia e história não estão definidas como muitos supõem. Essa indefinição se deu pela reinserção tardia da sociologia no ensino médio e por causa das décadas de invisibilidade que a sociologia sofreu no Brasil. Atualmente o ENEM não cobra um conteúdo específico de sociologia, mas insere o seu conteúdo de uma maneira interdisciplinar onde suas fronteiras continuam borradas.

Os professores de sociologia contam com um curto período de tempo para ministrar um conteúdo tão diversificado. Não raro, os professores entrevistados, que também lecionam Filosofia ou História, afirmaram que remanejaram as aulas. Deste modo, se o conteúdo de sociologia não foi trabalhado em apenas um tempo ele avança este conteúdo no tempo reservado ao conteúdo de filosofia. Esse remanejamento acaba por confundir os alunos que não diferenciam os conteúdos de disciplinas diferentes ministradas pelo mesmo professor.

Um entrevistado afirmou que, às vezes, leva duas ou três aulas para concluir o conteúdo de um filme ou documentário, pois não possui tempo suficiente para concluí-lo em apenas uma aula. Outras disciplinas das ciências humanas possuem um tempo maior na carga horária semanal. Assim, professores de história ou geografia podem trabalhar de forma mais detalhada e, assim terem melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem do que professores de sociologia ou filosofia.

Em uma pergunta onde procuramos avaliar o grau de importância da sociologia entre os alunos, verificamos que esta ficou com média inferior a quatro pontos em um total de dez pontos. De um modo geral, os alunos entrevistados não percebem a importância da disciplina dentro do currículo que estudam. Nesse sentido, o tratamento recebido pela sociologia como disciplina optativa e “sem importância” durante décadas limitou sua atuação. Assim, se os gestores não compreendem a importância dessa disciplina não é de se estranhar que a mesma não seja importante na visão dos discentes.

Em um ranking que fizemos para medir o grau de importância da sociologia frente a outras áreas das humanidades, perguntamos qual disciplina o aluno considerava

a mais importante. De aproximadamente oitenta entrevistados, apenas um aluno respondeu que a sociologia é a disciplina mais importante. Língua Portuguesa ficou na primeira posição, mesmo a escola pesquisada oferecendo ensino técnico profissionalizante.

No Brasil as licenciaturas em geral não têm sido atrativas para os jovens estudantes. Os salários de professores são baixos e, em muitos casos, ser professor deixou há muito de ser uma opção atrativa. Para se viver da docência, os professores são obrigados a uma jornada de trabalho excessiva em escolas distantes umas das outras o que, via de regra, impede o professor que se qualifique e prepare suas aulas de forma a conseguir melhorar a qualidade dos serviços que presta. Entramos em um círculo vicioso onde se exige uma educação de qualidade, mas sem preparar profissionais que ganhem salários dignos para desenvolver estratégias que contribuam para melhorar a educação em seu conjunto. Isso sem mencionar a falta de estrutura e de condições de trabalho.

No Brasil, educação de qualidade não foi reservada para as famílias mais pobres e que mais precisam de educação. Isso obviamente não ocorre apenas no Brasil. Muitos países convivem com educação de baixa qualidade e os governos enfrentam esse dilema ano após ano. Contudo, em um país com proporções continentais a resolução deste problema é ainda mais complexa e requer que os gestores públicos pensem em maneiras eficazes para melhorar a qualidade da educação oferecida.

A pesquisa demonstrou que há um otimismo dos professores entrevistados sobre as potencialidades do ensino de sociologia na escola pesquisada. De um modo geral, estes investiram sua formação na sociologia e afirmaram que pretendem se dedicar integralmente ao ensino de sociologia. Nesse sentido, há esperança de que no futuro os jovens do ensino médio em Parnaíba e no restante do país possam se beneficiar de uma visão crítica em relação a sociedade, ao mesmo tempo em que possam desvendar as engrenagens e os mecanismos que compõem a sociedade. Assim, o ensino de sociologia no ensino médio pode oferecer as ferramentas necessárias para tornar a sociedade brasileira mais crítica e mais justa.

6 Juventudes: expectativas, lazer e medos

Os pesquisadores que se dedicam a compreender a juventude concordam que o desemprego, a violência e o “medo de sobrar” estão entre suas preocupações mais

comuns dos jovens. Sem dúvida, os alunos do ensino médio compartilham esses medos inerentes a experiência juvenil. Em nossa pesquisa, verificamos que os entrevistados possuem medos específicos em relação a sociedade mais ampla, onde o medo de perder os parentes mais próximos ficou na primeira posição.

Os jovens moradores do município de Parnaíba possuem especificidades quando comparados aos jovens moradores de cidades de grande porte demográfico. Eles residem em um município onde as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e ao acesso à educação são extremamente limitadas. Nesse sentido, é preciso pensar nestes como sujeitos autônomos, mas que precisam de políticas públicas feitas por eles e, assim, ampliar suas oportunidades na vida.

Em geral, a juventude é definida de maneira a não levar em consideração as experiências juvenis em sua pluralidade de práticas. Pais (2003) observa que existem duas principais correntes teóricas no estudo da juventude: classista e geracional. O autor revela que as correntes juvenis são diferentemente apreciadas por cada uma destas duas correntes. Para a corrente geracional as culturas juvenis são culturas específicas de uma geração, a “geração dos jovens”; para a corrente classista, as culturas juvenis devem ser entendidas como “culturas de classe”.

Novaes (1998) analisa a juventude enquanto categoria social e observa que não se opera a categoria juventude objetivamente. Deste modo, propõe que o correto seria utilizarmos o substantivo “juventudes” no plural, pois isso contribui para problematizarmos as juventudes em termos culturais, classes, grupos e configurações sociais específicas.

Bourdieu (1983) por sua vez, afirma que juventude é apenas uma palavra através da qual são travadas disputas simbólicas. Nesse sentido, o autor afirma que “todo mundo é o jovem ou o velho de alguém”. O autor avança nessa discussão ao tratar a juventude não apenas como uma categoria, mas como uma categoria analítica que é manipulável pelos atores sociais e, portanto, reflete a dimensão simbólica carregada por tal categoria.

Qualquer análise sobre juventudes deve levar em consideração que os jovens não constituem um grupo homogêneo. Nesse sentido, o termo juventudes leva em consideração a diversidade que marca a condição juvenil. No Brasil, a juventude é pensada nas pesquisas como uma etapa da vida que pressupõe uma transição entre a

adolescência e a fase adulta. De certo modo, ser jovem é conviver com a incerteza em relação a uma identidade que se encontra em constante transformação.

Como é possível sob um mesmo vocábulo abarcar uma realidade tão distinta e complexa associada à juventude? Isso somente para pensarmos a juventude brasileira, já que se fossemos problematizar a juventude em outras sociedades teríamos um desafio ainda maior já que teríamos necessariamente que adentrar em um terreno de significados, experiências, vivências e sentidos que muitas vezes escapam a análise.

Os jovens que foram sujeitos desta pesquisa são predominantemente pertencentes às camadas populares. Em geral a renda familiar varia entre um e três salários mínimos. Na pesquisa, a maior parte dos jovens considerou que através do esforço pessoal conseguirão boas oportunidades na vida. Assim, se mostraram otimistas em relação ao futuro e, por sua vez, acreditam que dependerão apenas do próprio esforço para avançar na vida. Por outro lado, a maioria acredita que os pais poderão ajudar para que concretizem seus sonhos. Surpreendentemente, os jovens da pesquisa afirmaram que pretendem fazer um curso de graduação, sendo enfermagem, direito e psicologia as áreas de maior interesse.

Os problemas relatados pelos jovens de Parnaíba se referem em grande parte ao desemprego, má administração pública e a violência. De certo modo, essas questões são compartilhadas entre jovens de diferentes regiões do Brasil. O medo que os jovens entrevistados mais sentem é o de perder algum familiar. Esse ponto é interessante, já que a maioria dos entrevistados considerou a ajuda dos familiares importante para concretização das oportunidades na vida. Educação e inserção no “mundo do trabalho” podem ser considerados projetos coletivos, onde as famílias dão o apoio necessário a emancipação juvenil.

7 Considerações finais

Esse artigo teve a intenção de analisar a relação entre juventude, educação e mercado de trabalho, assim como o retorno do ensino de sociologia ao ensino médio, apesar de sua constante invisibilidade nas escolas públicas e privadas. Procuramos problematizar as relações entre mercado de trabalho, as incertezas e os desafios de jovens que vivem em uma cidade “fora do eixo”, ou seja, fora dos grandes centros urbanos que são sujeitos, em sua maioria, de boa parte da produção sobre juventude no Brasil.

A pesquisa demonstrou que entre os alunos a sociologia é considerada uma disciplina “chata” e “sem importância”. Reverter essa visão dominante é um desafio que os profissionais de ciências sociais terão de enfrentar para despertar nos alunos o interesse por essa área do conhecimento, assim como demonstrar para eles as potencialidades da sociologia em desenvolver a “imaginação sociológica”.

A pesquisa contribuiu para acessarmos o universo social de jovens que estudam em uma escola pública e que são em sua maioria jovens de camadas populares. Sabemos que o ensino médio muito recentemente na história da educação brasileira absorveu esse público. A pesquisa possibilita a compreensão de uma experiência significativa para alunos onde a educação se encontra submetida a uma “lógica de mercado” e que não dispõem de instrumentos que possibilitem uma mudança de paradigma tanto em suas vidas quanto em relação à posição social que ocupam. Deste modo, a educação torna-se uma das poucas oportunidades de mudança.

Essa pesquisa buscou compreender os jovens em seus próprios termos. Para tanto, enfatizamos os principais problemas dentro e fora dos muros da escola. Também procuramos compreender os principais problemas da cidade e, por fim, se pretendem acessar o ensino superior. Deste modo, acreditamos que lançamos luz sobre feixes de relações sociais cristalizadas e analisamos os elementos que constituem as principais preocupações dos jovens dos nossos dias. Mas temos clareza que muitos pontos ainda precisam ser analisados para adentrarmos nas orientações cognitivas dos grupos juvenis que foram os sujeitos dessa pesquisa.

Assim, se avançamos com a reintrodução da sociologia no currículo oficial das escolas, retrocedemos quando não formamos profissionais preparados a lecionar sociologia e, mais do que isso, despertar o interesse dos alunos por essa área do conhecimento. Enquanto esses desafios não forem enfrentados, dificilmente a sociedade brasileira poderá desfrutar de uma educação de qualidade tendo a sociologia como uma importante área a contribuir para a educação em seu sentido mais amplo. Tal como as ondas do mar, avançamos e retrocedemos. O grande desafio é avançar sem retroceder. Somente deste modo a sociologia poderá contribuir para que o “país do futuro” seja o país do presente.

8 Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editores. Rio de Janeiro. 2001

BOURDIEU, Pierre. **Juventude é apenas uma palavra**. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1983, p. 113-121

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Companhia das Letras. São Paulo, 1987

COUTINHO, Aldacy Rachid. **Educação e Trabalho: uma questão de Direitos Humanos**. In: Educação e Direitos Humanos: Fundamentos teóricos-metodológicos. Organização - Rosa Maria Godoy Silveira et al. João Pessoa. Editora Universitária, 2007

FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Revista Educação & Sociedade. Vol. 24 nº 82. Campinas. Abril de 2003

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz & ALMEIDA, Mariana Eugênio. **Os Jovens e o Mercado de Trabalho: evolução e desafios da política de empregos no Brasil**. Revista Temas de Administração Pública. vol 8, n.2, UNESP – Araraquara, 2013

HONORATO, Gabriela de Souza. **Sociologia e Ensino Médio: conquistas e desafios**. Revista Espaço Acadêmico. Nº69. Fevereiro de 2007

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 8º ed. Editora Perspectiva. São Paulo, 2003

LENNERT, Ana Lúcia. **Condições de Trabalho do Professor de Sociologia**. Caderno CEDES, Campinas, vol. 31, nº 85, p. 383-403, set-dez de 2011

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 1º edição. Editora Martins Fontes 1998

NOVAES, Regina Célia Reyes. **Juventude/ juventudes?** Comunicações do ISER. Número 50. Ano 17, 1998

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. 2º Ed. Imprensa Nacional, 2003

PASTORE, José. **Educação, Trabalho e Desenvolvimento**. Revista USP. São Paulo. n. 100, pp. 64-76. Dezembro/ Janeiro/Fevereiro, 2013-2014

POCHMANN, Márcio. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004

SARANDY, Flávio. **Reflexões acerca do ensino de Sociologia no Ensino Médio**. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 1. Ano 5. Outubro de 200. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/005/05sofia.htm>.>. Acesso em 14/04/2016

SILVA, Graziella Moraes Dias. **Sociologia da Sociologia da Educação: caminhos e desafios de uma policiscience no Brasil (1920-1979)**. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.